



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO: 0003934-84.2024.4.01.8010

A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU–SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ, por intermédio do Pregoeiro **Heron Cardias e Silva**, designado pela Portaria-Diref nº 166/2023, de 13 de setembro de 2023, da Diretoria do Foro, torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, a ser realizado por meio da Tecnologia da Informação, com critério de julgamento pelo menor preço Global, modo de disputa **ABERTO**, obedecidos os preceitos legais da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 8.538, de 6 de outubro 2015 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação dos serviços de seguro predial contra incêndio, raio, explosões, alagamentos/inundações, roubo, furto qualificado e riscos diversos (vendaval, fumaça, impacto de veículo, danos elétricos, quebra de vidros e vazamento de tubulações), para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário da Seção Judiciária do Pará, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I deste Edital.

2. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: **17/09/2024**

Horário: **09:00 horas** (horário de Brasília)

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

UASG: **090003**

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados, do ramo de atividade pertinente, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente cadastradas no SICAF e credenciadas no site: (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>);

3.2 - O credenciamento junto ao **Portal de Compras do Governo Federal** implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3 - A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas declarações, propostas e seus lances, inclusive os atos praticados

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou desta Justiça Federal - Seção Judiciária do Pará por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 - A licitante deverá manifestar, em campo próprio:

- a)** o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;
- b)** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação;
- c)** que não emprega menor;
- d)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91, quando for o caso;
- e)** que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT, quando for o caso;
- f)** que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g)** que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, com alterações, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei, quando for o caso.

3.4.1 – A falsidade da declaração de que trata a letra "a" sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

3.5 - Não será permitida a participação de empresas:

- a)** que estejam sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.1998 (Lei de Crimes Ambientais);
- b)** controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- c)** Empresas constituídas em consórcio;
- d)** que se encontrem sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;
- d.1)** Na hipótese de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, a participação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como do atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeiro previstos neste edital.
- e)** suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a Justiça Federal - Seção Judiciária do Pará, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021;
- f)** suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a União nos termos do art. 156, inciso III, da Lei 14.133/21;
- g)** impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/02, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021;
- h)** declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/93, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021 ou nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei 14.133/21;
- i)** proibidas de contratar com o Poder Público, em decorrência de condenação definitiva com fundamento no art. 12, da Lei 8.429/1992 (consulta ao banco de dados do CNJ: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade – CNCIAI).
- j)** suspensas ou que tenham interdição parcial de suas atividades, nos termos do art. 19, da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), evidenciada em consulta ao banco de dados do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
- k)** que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou

por afinidade, até o terceiro grau, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

l) que, pessoa física ou jurídica, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, seja responsável pela elaboração do Termo de Referência, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

m) que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.6 - O impedimento ou suspensão de que tratam as alíneas "e", "f", "g", "h" e "i" do subitem 3.5, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7 - Incluem-se, na vedação estabelecida no subitem anterior, as hipóteses previstas nos incisos I e II, art. 14º, da Lei 14.133/21.

3.8 - Também não será permitida a participação de:

a) autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica;

b) servidor ou dirigente da Justiça Federal.

c) terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9. A licitante ficará obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação (art. 92, Inc. XVI da Lei n.º 14.133/2021).

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1 – A licitante interessada em participar do certame deverá encaminhar sua proposta com a **descrição completa do serviço e preço unitário e total global, com apenas duas casas decimais**, exclusivamente por meio eletrônico, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, a partir da data da liberação do Edital no Portal de Compras Governo Federal, até a data e hora de abertura da Sessão Pública.

4.2 – Na formulação da proposta, as licitantes devem observar as seguintes condições:

a) redigir sua oferta em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

b) indicar de modo claro e inequívoco o número deste Pregão, o dia e hora da realização da Sessão Pública, bem como os seguintes dados da licitante: endereço, e-mail, telefone e o **nome do representante legal da empresa**;

c) apresentar proposta detalhada com preços unitários, totais e global, observando que os lances deverão ser ofertados pelo valor total (Item), com valores monetários expressos em reais, com no máximo duas casas decimais após a vírgula para os unitários, com a devida indicação de seu autor e respectiva assinatura;

d) Informar que no preço ofertado já estão incluídos todos os custos decorrentes da contratação, tais como: **empacotamento, garantia**, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação do fornecimento na forma prevista no Termo de Referência - Anexo I.

f) informar o prazo de **validade da proposta**, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado do dia útil imediatamente posterior ao indicado no item 02 deste Edital;

g) DECLARAR na proposta:

g.1) que a licitante tem ciência do integral conteúdo deste Edital e seus Anexos;

g.2) que a empresa licitante providenciará toda a infraestrutura necessária à execução do objeto contratado, dentro dos devidos prazos;

g.3) que não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) que seja cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, **vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, bem como, aqueles com vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público** que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

g.4) que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, **não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil**, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g.5) de acordo com a condição da empresa, que não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (**Lei de Crimes Ambientais**);

g.6) Apresentar, juntamente com a proposta, **prova de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar e que se encontra com suas reservas técnicas cobertas e adequadas, conforme exigido no item 8.3 do Termo de Referência.

4.3 - As licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente à licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões, que não poderão ser alegadas em favor de pretensões de acréscimo dos preços propostos.

4.4 - Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de seus preços unitários.

4.5 - A Administração poderá realizar diligências, a seu critério, notadamente no caso de constatar que o valor cotado apresente indícios de inexequibilidade.

4.6 - A participação no Certame, com a apresentação da proposta, concomitantemente com os documentos de habilitação, implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores que encerrem a pretensão de alterar o valor ofertado.

4.7 - Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.8 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outras que contrariem este Edital, salvo no que tange aos preços ofertados, que poderão ser reduzidos no curso da fase de lances do certame.

4.9 - Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, **no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras do Governo Federal, por meio da opção —Enviar Anexo, a proposta de preços, elaborada conforme exigido no subitem **4.2** acima, ajustada ao valor do lance ou da negociação, bem como, documentos complementares reputados necessários, mercê de eventuais particularidades reconhecidas pelo Pregoeiro.

4.10 - A pedido da licitante, via chat e justificadamente, o prazo concedido para envio do anexo a que se refere o subitem 4.9 poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, levando-se em conta o interesse desta Justiça Federal do Pará, a justificativa e a razoabilidade do pleito.

4.11 - A licitante que **deixar de enviar** a proposta indicada no subitem 4.9, no prazo estipulado, sem que tenha apresentado justificativa aceita pelo Pregoeiro, nos termos do subitem anterior, **terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á à aplicação de penalidade**, na forma do subitem 12.4.2 deste Edital.

4.12 - Durante a análise da aceitação e habilitação, na hipótese de serem detectados erros ou falhas sanáveis nas propostas ou nos documentos de habilitação apresentados, o Pregoeiro poderá determinar à licitante vencedora os respectivos ajustes ou complementos, nos termos do §1º, art. 64, da Lei 14.133/21.

4.13 - A Licitante detentora do menor preço deverá apresentar, se solicitado pelo Pregoeiro, catálogo, encarte ou outro meio de apresentação que contenha fotos com informações sobre o produto ofertado, ou ainda sítio do fabricante na internet, para cotejo das suas características com o especificado no Termo de Referência - Anexo I.

4.13.1 - Se as informações contidas nos meios de apresentação referidos no subitem anterior forem consideradas insuficientes para demonstrar a compatibilidade das especificações do produto ofertado com as descritas neste Termo de Referência, o Pregoeiro poderá solicitar amostra física, a qual será analisada pela Seção de Segurança Institucional e, no caso de desconformidade com o pretendido, será rejeitada mediante declaração expedida pelo Núcleo de Serviços Gerais - NUASG;

4.13.2. Na hipótese de rejeição de sua amostra física, a empresa detentora do menor preço será desclassificada e chamada a segunda colocada no certame para a apresentação das suas, ou a terceira, a quarta etc., se, nessa ordem, as demais forem também rejeitadas, até que se chegue ao produto com as características pretendidas neste Termo de Referência.

4.14 - O valor total ofertado não poderá ser superior a **R\$ 57.800,00 (cinquenta e sete mil e oitocentos reais)**.

5 – DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1 - O Pregoeiro e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nos subitens abaixo.

5.1.1 - No horário estabelecido no item 2 deste Edital, o Pregoeiro efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema —PREGÃO ELETRÔNICO, por meio do *site* <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

5.1.2 - Classificadas as propostas, as licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6. DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

6.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances públicos e sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.4 – O intervalo mínimo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 5,00**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

6.5 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**Aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.6 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.7 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.8 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.9 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o

pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.10. Durante o transcurso da sessão pública o pregoeiro enviará mensagens, via chat, aos licitantes, mas estes só poderão se comunicar com o pregoeiro por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.

6.11. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá, obrigatoriamente, declarar no Compras Governamentais esta condição.

6.11.1. O sistema do Compras Governamentais possui o campo próprio para declaração da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.11.2. A declaração será juntada aos autos.

6.12. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.13.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.14. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

7 — DOS CRITÉRIOS DE PREFERÊNCIA E DE DESEMPATE

7.1 - Encerrada a fase de lances, o sistema identificará a existência de Microempresa e Empresas de Pequeno Porte - ME/EPPs no Certame e fará uma comparação entre os valores por elas ofertados e o da primeira colocada, caso esta não seja ME/EPP.

7.2 - Será considerado empate quando uma ou mais ME/EPPs apresentarem propostas com valores iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ocasião em que a(s) ME/EPP(s) terá(ão) a preferência do desempate na ordem de classificação.

7.3 - A ME/EPP mais bem classificada, na faixa dos 10% da proposta de menor preço, terá o direito de, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para o desempate, sob pena de decair do direito concedido.

7.4 - Na hipótese do subitem 7.3, caso a ME/EPP convocada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação.

7.5 – Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei 14.133/21.

8 - DA AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO APÓS FASE DE LANCES

8.1 - Superada a fase de lances, o Pregoeiro procederá ao exame de proposta e de habilitação.

8.2 - Após negociação, por meio do sistema eletrônico, com a licitante autora da melhor proposta, nas mesmas condições previstas em Edital, e não se obtendo preço compatível com o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro recusará a proposta e direcionará contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável;

8.3 - Obtida uma proposta de preços julgada aceitável e concluída a fase competitiva, o Pregoeiro consultará a base de dados do SICAF para verificar o preenchimento dos requisitos habilitatórios fixados neste Edital;

8.4 - Constatado o desatendimento, pela licitante, de qualquer dos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte das

remanescentes, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos deste Edital.

8.5 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior, nos termos do §9º, art. 39 da IN SEGES/ME 73/2022.

8.6 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação e não havendo quem pretenda recorrer, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Superior

para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7 - Manifestando, qualquer das licitantes, a intenção de recorrer, e caso esta seja aceita, o processo somente será encaminhado para adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal.

8.8 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como, o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, a data e o horário de reabertura da sessão pública.

8.9 - O Pregoeiro e a Autoridade Superior da Seção Judiciária do Pará poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando às licitantes prazos para atendimento.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 - Para habilitar-se na presente licitação, a licitante **deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contado a partir da solicitação pelo Pregoeiro, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras do Governo Federal, por meio da opção —Enviar Anexo, os documentos que não estejam contemplados no SICAF, conforme a seguir:

- a) Documentação de Habilitação Jurídica;
- b) Documentação de Qualificação Econômico-Financeira; e
- c) Documentação de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista.

9.2 - A **habilitação jurídica** será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

9.2.1. registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2. ato constitutivo, estatuto ou **Contrato Social** em vigor devidamente registrado, em se tratando de **sociedades comerciais** e, no caso de **sociedades por ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de **sociedades civis**, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

9.3. Os documentos exigidos nos subitens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 só serão exigidos das empresas não cadastradas no SICAF ou com cadastramento vencido.

9.4 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.5. - Em se tratando de cooperativas:

9.5.1 - Ata de fundação e documento que aprovou o Estatuto Social, devidamente registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; e

9.5.2 - Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do art. 107 da Lei 5.764/1971.

9.6 - No que se refere à **Qualificação Técnica**, os licitantes deverão apresentar:

9.6.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.6.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico

do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.7 - A qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante apresentação de:

9.7.1 - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou representação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.7.2 - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) **referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, apresentado na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral-LG, Liquidez Corrente - LC, e Solvência Geral - SG superiores a 1(um);

9.7.2.1 - A licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1, em quaisquer dos índices - Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente - LC, deverá possuir Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação das propostas;

9.7.3 - As demonstrações contábeis exigidas no subitem 9.7.2 deste Edital, deverão observar o que se segue:

9.7.3.1 - Para as empresas com escrituração em formato digital deverão apresentar arquivos gerados pelo SPED Contábil da Receita Federal contendo ainda, Termo de Autenticação (Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital-ECD gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED) e Termo de Abertura e Encerramento.

9.7.3.2 - Para as empresas com escrituração em formato não-digital deverão apresentar as cópias extraídas das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticadas pelo órgão de registro público competente da sede ou domicílio do licitante (Junta Comercial ou em outro órgão equivalente), em conjunto com os competentes Termos de Abertura e de Encerramento, todos evidenciando a correta ordem sequencial de extração do Livro Diário.

9.7.4 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.7.5 - O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.7.6 - Poderão ser exigidas das licitantes, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

9.8 - A Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada mediante consulta, do Pregoeiro, ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:

9.8.1 - prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

9.8.2 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

9.8.3 - prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quando se tratar de empresa sediada fora do Distrito Federal;

9.8.4 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.8.5 - Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.8.6 - Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9 - Havendo irregularidade no cadastramento ou habilitação parcial no SICAF, será assegurado ao licitante, o direito de encaminhar a documentação atualizada constante dos subitens 9.8.1 a 9.8.5, por meio da opção —Enviar Anexo do Portal de Compras do Governo Federal, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

9.9.1 - Caso a validade dos documentos esteja vencida no SICAF, poderá também, o Pregoeiro, consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores das certidões para verificar as condições de habilitação das licitantes.

9.10 - Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal da empresa, será assegurado o prazo constante do art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/2006, de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério do Pregoeiro, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

9.11 - Além da documentação descrita nos subitens anteriores, o Pregoeiro irá verificar a existência de registros impeditivos da contratação (Acórdão 1.793/2011 – Plenário-TCU), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (CEIS); e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) disponíveis no Portal da Transparência, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ, e consultará a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, criada pela Lei 12.440, de 07/07/2011, prevalecendo a certidão mais recente sobre a mais antiga.

9.11.1 - Havendo alguma restrição relativa aos registros da empresa, será facultado à licitante, o envio de documento que comprove que a situação já foi regularizada.

9.12 - Sempre que julgar necessário, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação do original dos documentos anexados no Portal de Compras do Governo Federal, não sendo aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.

10 - DO JULGAMENTO

10.1 - O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão realizados pelo **Menor Preço do Item** a uma única empresa.

10.2 - No julgamento desta licitação, levar-se-á em conta o valor ofertado pelas licitantes, devendo ser declarada vencedora aquela que, habilitada, seja também a autora do menor preço julgado aceitável pelo Pregoeiro.

10.3 - Serão desclassificadas/recusadas as propostas:

a) com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis ou com valores totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou iguais a zero;

b) que não atendam às exigências técnicas obrigatórias;

c) elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos, observado o disposto no art. 59, do Lei 14.133/21;

d) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas, ou que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável;

e) não anexadas nos termos do subitem 4.11 do Edital.

10.4 - Serão **inabilitadas** as empresas:

a) que não anexarem a documentação de habilitação, conforme estabelecido no subitem 9.1 do Edital;

b) com impedimentos ou irregularidades, nos termos do subitem 9.11 deste Instrumento.

10.4.1 - A proponente que fizer **indevida declaração** de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte **será inabilitada e sujeitar-se-á às penalidades previstas neste instrumento.**

11 - DO CONTRATO

11.1 - Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá por base os dispositivos da Lei nº 14.133/21, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como as constantes da proposta

apresentada pela adjudicatária.

11.2 - Após regular convocação por parte da Justiça Federal - Seção Judiciária do Pará, a empresa adjudicatária terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas no artigo 156, da Lei 14.133/21.

11.3 - O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação respectiva seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, bem como que ocorra motivo justo e aceito pela Justiça Federal - Seção Judiciária do Pará.

11.4 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, após comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, podendo, ainda, revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 156, da Lei 14.133/21.

11.5 - As formas de pagamento, recebimento, obrigações das partes, penalidades contratuais e demais condições estabelecidas para o ajuste estão discriminadas na minuta de contrato, parte integrante deste Edital.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei 14.133/2021).

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 12.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b" do mesmo subitem.

12.3 - O atraso injustificado na prestação da garantia, conforme previsto no §3º, art. 97 da Lei 14.133/2021, na devolução do Contrato assinado sujeitará a licitante à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até o limite de 2% (dois por cento).

12.4 - Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

12.4.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.4.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, em especial quando:

12.4.2.1 - não enviar a proposta;

12.4.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.4.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.4.2.4 - apresentar proposta em desacordo com o Edital;

12.4.3 - não prestar a garantia, conforme previsto no §3º, art. 97 da Lei 14.133/2021 ou não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.4.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração;

12.4.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.4.5 - fraudar a licitação;

12.4.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.4.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.4.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.4.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.4.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.4.8 - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846/2013](#).

12.5 - A licitante que incorrer nas infrações previstas nos subitens 12.4.1, 12.4.2 e 12.4.3, ensejará na sanção prevista no subitem 12.1, alínea "c", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 11.1, alínea "b".

12.6 - À licitante que cometer as infrações previstas nos subitens 12.4.4, 12.4.5, 12.4.6, 12.4.7 e 12.4.8, será aplicada a pena prevista na alínea "d" do subitem 12.1.

12.7 - O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da Contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (§8º, art. 156 da Lei 14.133/2021).

12.8 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.9 - O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

13 - DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES

13.1 - Logo após a aceitação da proposta e habilitação, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, para apresentar as razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após a divulgação da interposição do recurso. Observe-se que **os recursos deverão ser formalizados, exclusivamente, por meio eletrônico**, em campo próprio disponibilizado pelo Portal de Compras do Governo Federal.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará na decadência desse direito. A não apresentação das razões do recurso no prazo legal caracterizará desistência do recurso.

13.3 - Os recursos contra anulação ou revogação da licitação ou rescisão do contrato, poderão ser interpostos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados.

13.4 - Os recursos contra aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, poderão ser interpostos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados, nos termos do art. 166 da Lei 14.133/2021.

13.5 - O recurso de que tratam os subitens 13.1 e 13.3 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 - Qualquer pessoa que pretender impugnar os termos deste Edital deverá fazê-lo por meio de expediente escrito, dirigido ao Pregoeiro, exclusivamente na forma eletrônica, para o e-mail: cpl.pa@trfl.jus.br, observada a antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, contados da data fixada para abertura da sessão pública.

13.7 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, a licitante que não o fizer no prazo previsto no subitem anterior, não revestindo natureza de recurso as alegações apresentadas por empresa que, tendo aceitado, sem objeção, o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciariam.

13.8 - A impugnação, feita tempestivamente, será decidida, pelo Pregoeiro, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data

14 – DO PAGAMENTO

14.1. Executado o objeto, a licitante vencedora apresentará o documento fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela Seção Judiciária do Pará, mediante ordem bancária creditada em conta corrente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto.

14.1.1. O recebimento definitivo do objeto será certificado pelo servidor designado pela administração, mediante atesto, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

14.2 – Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será susinado e ficará pendente até que a contratada adote as medidas saneadoras.

14.3 – Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o prazo fixado para que a Seção Judiciária do Pará efetue o pagamento será interrompido, voltando a correr na sua íntegra após a contratada ter solucionado o problema.

14.4- Será considerada, para fins de pagamento, a data do recebimento definitivo do documento de cobrança no setor competente.

14.5. À Seção Judiciária do Pará, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de aceitação pela Fiscalização, o objeto não tiver sido prestado de acordo com as condições pactuadas, sem constituir-se em mora, por essa decisão.

14.6– Poderá a Seção Judiciária do Pará, deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

14.7– Ocorrendo atraso nos pagamentos, sem culpa da Contratada, serão devidos à Contratada juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação.

14.8 – Sob pena de decair do direito, a contratada terá prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que receber o pagamento com atraso, para apresentar a nota fiscal de cobrança referente aos juros de mora, devendo apresentar juntamente com a nota fiscal de cobrança, a memória de cálculo correspondente ao valor cobrado.

14.9 – Sendo a contratada optante pelo SIMPLES, deverá a mesma apresentar declaração (de acordo com a Instrução Normativa nº 1.244 da Receita Federal, de 30 de janeiro de 2012), juntamente com a nota fiscal de prestação do objeto, de modo a que os tributos incidentes sobre a operação sejam recolhidos naquela modalidade.

14.10 – A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) entrar em contato com a Seção de Execução Financeira e Orçamentária – SEOFI, pelo telefone (0xx91) 3299-6166 até o mês de fevereiro do exercício seguinte ao da licitação, com vistas ao recebimento da Declaração de Imposto Retido na Fonte - DIRF.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Seção Judiciária do Pará ou a ele provisionados, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica na plena aceitação das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, bem como, do previsto na alínea "d" inciso II, art. 11 Lei nº 13.709, de 14.08/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

16.2 - A Seção Judiciária do Pará poderá adiar ou revogar a presente licitação, por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal

conduta, devendo anulá-la de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no art. 149, do da Lei 14.133/21.

16.3 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.4 – Toda e qualquer comunicação/informação/notificação e envio de documentos (nota de empenho e demais documentos) à licitante será feita pelo e-mail cadastrado no Portal de Compras do Governo Federal, ou outro que o substitua, apontado formalmente em sua proposta.

16.4.1 – É de exclusiva responsabilidade da licitante o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado.

16.4.2 – Em caso de inobservância do previsto no subitem 15.4.1, a Seção Judiciária do Pará poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

16.5 - Esse Instrumento Convocatório e eventuais alterações das suas condições, bem como informações adicionais, serão divulgadas no Portal desta Seção Judiciária do Pará www.jfpa.jus.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](http://Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.

16.6 - Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do Certame, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: cpl.pa@trfl.jus.br.

16.6.1 – Os pedidos de esclarecimentos, feitos tempestivamente, serão respondidos pelo Pregoeiro, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do Certame.

16.7. Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução PRESI SECGE 16, de 03/09/2014. Para tanto, os representantes das empresas vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente se cadastrar no acesso externo do Sistema Eletrônico de informações (SEI) no endereço: <https://sei.trfl.jus.br> /sei/controlador_externo.php?

acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

16.7.1. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste Edital.

16.8 – Maiores informações poderão ser obtidas na Seção de Compras e Licitações da Justiça Federal - Seção Judiciária do Pará, localizada no 7º Andar do Ed. Sede em Belém, na Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, telefones (91) 3299-6168 ou 3299-6156.

16.9 - Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes Anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MINUTA CONTRATO

Seção de Compras e Licitações

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA COBERTURA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ.

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se de contratação de empresa para prestação dos serviços de seguro predial contra incêndio, raio, explosões, alagamentos/inundações, roubo, furto qualificado e riscos diversos (vendaval, fumaça, impacto de veículo, danos elétricos, quebra de vidros e vazamento de tubulações), para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário da Seção Judiciária do Pará, conforme especificações e quantidades

estabelecidas no Anexo I deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação dos serviços aqui descritos se justifica diante da necessidade da Administração em prevenir-se contra possíveis danos causados por sinistros, cujos prejuízos possam causar dispêndio ao erário, além de visar uma nova contratação, já que o contrato firmado com a empresa **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF 61.074.175/0001-38, terá sua vigência expirada no dia **09/09/2024**.

2.1.1. Considerando as responsabilidades da Administração em garantir a proteção adequada dos bens móveis e imóveis sob sua responsabilidade, é necessário realizar nova contratação de seguro para garantir a cobertura contínua contra riscos diversos para os imóveis desta Seção Judiciária do Pará.

2.1.2. Dessa forma, torna-se mais adequada a realização de um novo seguro para todos os imóveis desta Seção Judiciária do Pará, **contratando apenas uma seguradora** contribuindo para que a administração assegure a cobertura securitária o mais rápido possível e, além disso, resultando em um maior nível de controle da execução dos serviços por parte da Administração, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados em uma única empresa.

2.2. Como benefício direto e indireto a Administração poderá, em caso de sinistros cobertos pelo contrato, se resguardar no caso de eventuais prejuízos que porventura possam ocorrer, em caso de atos e catástrofes, relacionadas no anexo deste Termo de Referência e obter a reparação dos danos, dentro dos riscos previstos e das coberturas estipuladas.

2.3. O objeto pretendido está perfeitamente alinhado com os macrodesafios de aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça Federal PEJF 2021/2026, normatizado pela Resolução CJF nº 325/2020.

3. DOS BENS A SEREM SEGURADOS

3.1. As atividades desenvolvidas nos imóveis informados neste instrumento são aquelas inerentes ao serviço público, prestação jurisdicional e respectivas atividades administrativas próprias ao funcionamento do órgão, conforme consta no Anexos I deste Termo de Referência.

3.2. Os imóveis da Seção Judiciária do Pará possuem sistemas de prevenção de incêndio, conforme descrito no o Anexo I deste Termo de Referência.

3.3. Há manutenção preventiva e corretiva das edificações e suas instalações;

3.4. Dados da última contratação:

a) Seguradora: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

b) Vigência da Apólice: 09/09/2023 a 09/09/2024 (19018573).

3.5. Ressalta-se que não houve sinistro que ensejasse o acionamento dos seguros nos últimos 5 (cinco) anos.

3.6. As coberturas por seguro destinam-se aos bens móveis e imóveis elencados no Anexo I deste Termo de Referência.

4. DA BASE LEGAL

4.1. Da modalidade de Licitação:

4.1.1. Recomenda-se que esta licitação seja realizada por Pregão Eletrônico, conforme disposto no [Art. 29 da Lei nº 14.133/2021](#), com critério de adjudicação pelo menor preço Global, em lote único, conforme Anexo II deste Termo de Referência.

4.1.1.1. A adjudicação global está justificada considerando a inviabilidade operacional na gestão dos inúmeros contratos que poderão resultar após a licitação com adjudicação por item, concomitante à redução do risco de inexecução, dessa maneira, entende-se pela conveniência da adjudicação a uma única

empresa.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 5.1. O contrato objeto desta licitação será celebrado com sociedade seguradora, devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
- 5.2. Visando o interesse público, não será contratada entidade submetida a regime especial junto à SUSEP.
- 5.3. O pregoeiro poderá consultar o site da SUSEP para verificação dos itens 5.1 e 5.2 acima.
- 5.4. O objeto do contrato não será intermediado por corretor ou empresas de corretagem.
- 5.5. Além do exposto, há as associações e cooperativas de seguros que também não estão autorizadas pela SUSEP a comercializar seguros.

6. DA VISTORIA

- 6.1. Não será exigida a vistoria prévia.
- 6.2. A despeito de não existir tal exigência, estará franqueada às licitantes a vistoria aos locais de prestação dos serviços para que, se desejarem, tomem ciência das condições inerentes aos serviços e particularidades das instalações, não sendo aceita em hipótese alguma e a nenhum tempo a alegação de desconhecimento em relação aos serviços.
- 6.3. As visitas destinam-se à vistoria, avaliação e ciência das empresas interessadas acerca das condições do local e peculiaridades atinentes ao objeto supracitado, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes deste documento e ocorrerão até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante agendamento prévio de horário formalizado por e-mail: sepat.pa@trfl.jus.br.
- 6.4. Caso decida por fazer a vistoria, a licitante, ou seu representante, deverá estar devidamente identificada e seguir as normas exigidas pela SJPA para acessar suas instalações.
- 6.5. Independentemente de fazer vistoria, a licitante deverá apresentar declaração, nos termos dos modelos constantes do Anexo IV deste Termo de Referência, por ocasião da habilitação.
- 6.6. A não realização de vistoria não admitirá à licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para a execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por quaisquer ônus decorrentes desses fatos.
- 6.7. É de responsabilidade da proponente o conhecimento das características dos produtos relacionados no objeto desta licitação.

7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1. Apresentar Declaração de Vistoria ou de Não Vistoria, conforme Anexo IV deste Termo de Referência, sendo, no primeiro caso, assinada por servidor da Seção de Administração de Patrimônio - SEPAT.

8. DA PROPOSTA

- 8.1. A proposta deverá conter a descrição de cada edificação e o valor total dos prêmios, conforme modelo de formulação de proposta, constante do Anexo III deste Termo de Referência.
- 8.2. Os preços cotados deverão ter alíquota de IOF igual a zero, em conformidade com o disposto no [§ 3º do Art. 2º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007](#).
- 8.3. Apresentar, juntamente com a proposta, **prova de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar e que se encontra com suas reservas técnicas cobertas e adequadas.

9. DA APÓLICE

- 9.1. A emissão da apólice será feita em até 15 (quinze) dias corridos contados da data da assinatura do contrato.
- 9.2. A vigência das apólices de seguro é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.
- 9.3. Da apólice, deverão constar, além destas Condições Gerais, das Condições Especiais e, quando houver, das Condições Particulares para as coberturas efetivamente contratadas, as seguintes informações:
- 9.3.1. A identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ;
- 9.3.2. O número do processo administrativo (0003934-84.2024.4.01.8010) da SJPB que identifica o plano comercializado;
- 9.3.3. As datas de início e fim de sua vigência;
- 9.3.4. As coberturas contratadas;
- 9.3.5. O Limite Máximo de Garantia (LMG) da apólice e o Limite Máximo de Indenização (LMI), por cobertura contratada;
- 9.3.6. O valor, à vista, do prêmio e a data limite para o seu pagamento;
- 9.3.7. O nome ou a razão social do segurado;
- 9.3.8. O nome ou a razão social do beneficiário, quando for o caso;
- 9.3.9. A informação de que todos imóveis do Anexo I estão cobertos pelo seguro, cujos valores em riscos constam do Anexo II deste Termo de Referência;
- 9.3.10. A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado;
- 9.3.11. A informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, a contar da entrega da documentação completa necessária para esta finalidade.

10. DA ENTREGA DA APÓLICE

- 10.1. A apólice deverá ser enviada no dia de sua emissão para o e-mail: **sepat.pa@trf1.jus.br**.
- 10.1.1. O envio acima deverá ser acompanhado do documento fiscal correspondente.
- 10.2. O recebimento provisório se dará com a confirmação da entrega da apólice no e-mail da **sepat.pa@trf1.jus.br**, por servidor da Seção de Administração de Patrimônio - SEPAT.
- 10.3. O recebimento definitivo se dará, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório com fins de verificar a perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar Termo de Recebimento Definitivo no processo de aquisição.
- 10.4. O pagamento correspondente ao objeto deste contrato será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do termo de recebimento definitivo, fornecido após a entrega da respectiva apólice e da apresentação do correspondente documento fiscal, conforme item 10.3 acima.

11. DO ENDOSSO

- 11.1 Em caso de desconformidade, a CONTRATANTE poderá solicitar alteração na apólice, cabendo à contratada endossá-la.

12. DA VIGÊNCIA

- 12.1. A contratação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluindo os primeiros 12 (doze) meses.
- 12.2. A prorrogação mencionada no subitem 12.1 somente ocorrerá caso autorizada formalmente pela autoridade competente e preenchidos, simultaneamente, os requisitos abaixo:

12.2.1. Prestação regular dos serviços.

12.2.2. Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.

12.2.3. Permanência da vantagem econômica para o Contratante.

12.2.4. Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.

12.2.5. Contratada não houver sido impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13. DA PRORROGAÇÃO

13.1 No caso de prorrogação do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar nova apólice de seguro, com vigência para o novo período de 12 (doze) meses, sem interrupção com o período anterior.

13.2 A Seção de Administração de Patrimônio - SEPAT apresentará à contratada o Valor Segurado, para fins da apresentação da nova apólice.

13.2.1 No tocante aos bens imóveis, serão apresentados valores extraídos do SPIUNET ou avaliados por profissional competente à época da renovação da apólice.

13.2.2 No tocante aos bens móveis, serão apresentados valores extraídos do sistema de patrimônio da SJPA, à época da renovação da apólice.

14. DO AVISO DE SINISTRO

14.1. A SEGURADORA deverá colocar à disposição do SEGURADO, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 07 (set) dias da semana, central de atendimento para aviso de sinistro, podendo as solicitações serem efetuadas por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional, devendo fornecer número de protocolo de atendimento da chamada;

14.2. Após registro de sinistro, a SEGURADORA terá, no máximo, 10 (dez) dias corridos, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no local do dano e proceder às devidas formalidades, visando o pagamento da indenização aplicável ao caso.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Permitir e facilitar a vistoria dos bens imóveis e móveis;

15.2. Apresentar à SEGURADORA todos os documentos referentes à ocorrência do sinistro e de pagamento do prêmio do seguro, bem como todas as informações ou esclarecimentos relativos a documentos e condições necessárias para cobertura securitária dos imóveis segurados;

15.3. Comunicar à contratada a ocorrência de sinistro, por escrito e imediatamente após sua ocorrência, indicando os danos sofridos e o valor estimado do prejuízo;

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato, consoante prazo regulamentar estabelecido pela Superintendência de Seguros Privado - SUSEP;

16.2. Entregar a apólice do seguro, para o e-mail **sepat.pa@trf1.jus.br**, com confirmação de recebimento, no dia de sua emissão.

16.3. O fato de a SEGURADORA deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei;

16.4. Colocar à disposição da Contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 07 (sete) dias da semana, central de atendimento para aviso de ocorrência de sinistro, a qual poderá ser acionada por e-mail, telefone ou serviço online;

16.5. Cumprir com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, inerentes às condições determinadas no presente Termo de Referência;

16.6. A SEGURADORA permanece como única e total responsável perante o SEGURADO, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente, quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

16.7. Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se o SEGURADO cobrir o débito até a data do vencimento, ou no 1º dia útil subsequente, caso este ocorra em finais de semana ou feriados ou ainda por motivos aos quais não deu causa direta ou indiretamente.

16.8. Ocorrendo sinistro, A SEGURADORA deverá realizar a liquidação dos sinistros, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do cumprimento de todas as exigências feitas ao segurado.

16.9. A SEGURADORA deverá acatar a quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de imóvel na apólice, o que deverá ser solicitada pelo SEGURADO e processada pela SEGURADORA, mediante endosso.

16.10. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar de pedido expresso do SEGURADO.

16.11. Vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Termo de Referência.

17. DOS RISCOS COBERTOS

17.1. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados entre os prédios ou suas dependências pela CONTRATANTE, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

17.2. O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

17.2.1. Cobertura Básica, isenta de franquia, contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos;

17.2.2. Coberturas Acessórias para danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de tubulações, roubo e furto qualificado de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação.

17.3. O seguro contra incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências.

17.3.1. Se danos múltiplos e/ou sucessivos forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, O CONJUNTO, FORMADO POR TODOS ELES, SERÁ INTERPRETADO COMO UMA ÚNICA “OCORRÊNCIA”.

17.4. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável à CONTRATANTE, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

17.5. Os eventuais desembolsos efetuados pela CONTRATANTE, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica.

17.6. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições deste contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

17.6.1. Despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;

17.6.2. Valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

17.7. De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

17.7.1. Despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;

17.7.2. Valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;

17.7.3. Danos sofridos pelos bens segurados.

17.8. As instalações, itens e respectivos valores estão sujeitos a eventuais alterações em razão de novas aquisições ou desfazimento de bens durante o período da cobertura.

17.8.1. Os bens adquiridos após a assinatura do contrato serão considerados cobertos pela apólice, sem ônus adicional para a contratante.

17.9. Os riscos tratados também incluem equipamentos tais como elevadores, geradores, entre outros que façam parte da estrutura de funcionamento desta Seccional.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Em caso de descumprimento pela Contratada das obrigações previstas neste instrumento, o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e contratar.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.1.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

18.2. O atraso injustificado na execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual, com exceção da prevista no subitem 18.4 desta Cláusula, sujeitará a Contratada à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia ou hora de atraso, conforme critério de prazo estabelecido, calculada sobre o valor contratado, até o limite de 10 (dez) dias corridos, quando o prazo referir-se a dias, ou até 10 (dez) horas corridas, quando o prazo referir-se a horas.

18.2.1. A partir do 11º dia, para os prazos em dias, ou 11ª hora, para os prazos em horas, a multa por dia ou hora passa a ser de 0,8% (oito décimos por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 18.2.

18.3. Para as obrigações em que não haja previsão de prazo para a sua realização, o Contratante notificará a Contratada estabelecendo prazo para o seu cumprimento, vencido o prazo, a Contratada estará em mora, aplicando-se o disposto no subitem 18.2.

18.4. A inexecução total ou parcial deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não executada ou sobre o valor total contratado, respectivamente.

18.5. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

18.5.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para cumprimento da obrigação deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a

critério do Contratante a sua aceitação.

18.5.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

18.6. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 18.2.

18.7. As multas ou os danos/prejuízos apurados poderão ser descontados dos pagamentos porventura ainda devidos, ou recolhidos ao tesouro nacional, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, nos termos do [§8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#).

18.8. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.9. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento definitivo da apólice.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Para esta Contratação não haverá necessidade da emissão de garantia contratual, visto que o objeto é regulamentado pela SUSEP.

21. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

21.1. Deve-se utilizar meios eletrônicos de comunicação em toda esta contratação como, por exemplo, e-mails para estabelecer contato, obter informações, envio e recebimento de documentos (edital, contrato, apólice, boleto de pagamento de prêmio, ordem bancária, etc.).

22. DA RESERVA DE COTA

22.1. Não aplicável.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 Este termo foi elaborado pela Seção de Administração de Patrimônio - SEPAT. Informações e dúvidas poderão ser sanadas por e-mail: sepat.pa@trfl.jus.br.

André Leal Lima

Seção de Administração de Patrimônio - SEPAT

ANEXO I-A

VALORES DOS IMÓVEIS E BENS MÓVEIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

ITEM	DESCRIÇÃO DO IMÓVEL	VALOR DO IMÓVEL	VALOR DOS BENS MÓVEIS	VALOR TOTAL EM RISCO
01	<p>EDIFÍCIO SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ.</p> <p>Endereço: Rua Domingos Marreiros nº 598</p> <p>Bairro Umarizal, Belém/PA, CEP: 66.055-10</p> <p>Área Construída: 11.266,68 m²</p> <p>Informações Complementares: O imóvel possui monitoramento através de Circuito Fechado de TV (CFTV), Controle de Acesso através de Porta Giratória com Detectores de Metais, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Sistema de Combate a Incêndio composto de Detectores de Fumaça, Extintores de Incêndio, Hidrantes Internos e Portas Corta Fogo, Sistema Básico de Iluminação de Emergência. Nas instalações, há serviço permanente de vigilância armada, manutenção predial e brigada contra incêndio.</p>	R\$ 23.587.646,03	R\$ 12.037.717,19	R\$ 35.625.363,22
02	<p>CASA ROSADA - ANEXA AO EDIFÍCIO SEDE.</p> <p>Endereço: Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697</p> <p>Bairro Umarizal, Belém/PA, CEP: 66.050-160</p> <p>Área Construída: 800,00 m²</p> <p>Informações Complementares: O imóvel possui monitoramento através de Circuito Fechado de TV (CFTV), Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Sistema de Combate a Incêndio composto de Detectores de Fumaça, Extintores de Incêndio e Hidrantes Internos, Sistema Básico de Iluminação de Emergência. Nas instalações, há serviço permanente de vigilância armada, manutenção predial e brigada contra incêndio.</p>	R\$ 4.284.482,23	R\$ 357.931,96	R\$ 4.642.414,19

03	<p>ARQUIVO JUDICIAL.</p> <p>Endereço: Travessa Mauriti nº 2810</p> <p>Bairro Marco, Belém/PA, CEP: 66.093-180</p> <p>Área Construída: 317,50 m²</p> <p>Informações Complementares: O imóvel possui Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Sistema de Combate a Incêndio composto de Detectores de Fumaça e Extintores de Incêndio. Sistema Básico de Iluminação de Emergência. Nas instalações, há serviço permanente de vigilância armada e manutenção predial.</p>	R\$ 1.996.128,53	R\$ 699.816,14	R\$ 2.695.944,67
04	<p>SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALTAMIRA.</p> <p>Endereço: Avenida Tancredo Neves nº 100</p> <p>Bairro Premem, Altamira/PA, CEP: 68.372-574</p> <p>Área Construída: 663,60 m²</p> <p>Informações Complementares: O imóvel possui monitoramento através de Circuito Fechado de TV (CFTV), Controle de Acesso através de Porta Giratória com Detectores de Metais, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Sistema de Combate a Incêndio composto de Extintores de Incêndio, Sistema Básico de Iluminação de Emergência. Nas instalações, há serviço permanente de vigilância armada.</p>	R\$ 2.213.598,78	R\$ 1.457.898,38	R\$ 3.671.497,16
05	<p>SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CASTANHAL.</p> <p>Endereço: Rua Marechal Deodoro nº 226</p> <p>Bairro lanetama, Castanhal/PA, CEP: 68.745-690</p> <p>Área Construída: 1.015,50 m²</p> <p>Informações Complementares: O imóvel possui monitoramento através de Circuito Fechado de TV (CFTV), Controle de Acesso através de Porta Giratória com Detectores de Metais, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Sistema de Combate a Incêndio composto de Extintores de Incêndio, Hidrantes Internos e Alarme Sonoro, Sistema de Básico de Iluminação de Emergência. Nas instalações, há serviço permanente de vigilância armada.</p>	R\$ 1.311.566,59	R\$ 1.177.230,53	R\$ 2.488.797,12

06	<p>SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAITUBA.</p> <p>Endereço: Passagem Paes de Carvalho s/nº</p> <p>Bairro Comércio, Itaituba/PA, CEP: 68.180-060</p> <p>Área Construída: 675,59 m²</p> <p>Informações Complementares: O imóvel possui monitoramento através de Circuito Fechado de TV (CFTV), Controle de Acesso através de Portal com Detectores de Metais, Muros com Concertina, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Sistema de Combate a Incêndio composto de Extintores de Incêndio. Nas instalações, há serviço permanente de vigilância armada.</p>	R\$ 1.061.897,86	R\$ 1.828.873,75	R\$ 2.890.771,61
07	<p>SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ.</p> <p>Endereço: Travessa do Mogno nº 6665</p> <p>Bairro Amapá, Marabá/PA, CEP: 68.502-610</p> <p>Área Construída: 750,00 m²</p> <p>Informações Complementares: O imóvel possui monitoramento através de Circuito Fechado de TV (CFTV), Controle de Acesso através de Porta Giratória com Detectores de Metais, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Sistema de Combate a Incêndio composto de Extintores de Incêndio, Hidrantes Internos e Portas Corta Fogo. Nas instalações, há serviço permanente de vigilância armada e manutenção predial.</p>	R\$ 3.361.986,43	R\$ 2.142.087,11	R\$ 5.504.073,54
08	<p>SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PARAGOMINAS.</p> <p>Endereço: Avenida Portugal nº 03, Quadra 03, Bloco 05</p> <p>Bairro Módulo II, Paragominas/PA, CEP: 68.626-080</p> <p>Área Construída: 821,00 m²</p> <p>Informações Complementares: O imóvel possui monitoramento através de Circuito Fechado de TV (CFTV), Controle de Acesso através de Porta Giratória com Detectores de Metais, Cerca Eletrificada, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Sistema de Combate a Incêndio composto de Extintores de Incêndio, Sistema de Básico de Iluminação de Emergência. Nas instalações, há serviço permanente de vigilância armada.</p>	R\$ 1.040.877,49	R\$ 1.614.392,26	R\$ 2.655.269,75

09	<p>SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE REDENÇÃO.</p> <p>Endereço: Avenida Wilma Guimarães Penna nº 38</p> <p>Bairro Park dos Buritis, Redenção/PA, CEP: 68.552-765</p> <p>Área Construída: 1.037,22 m²</p> <p>Informações Complementares: O imóvel possui monitoramento através de Circuito Fechado de TV (CFTV), Controle de Acesso através de Porta Giratória com Detectores de Metais, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Sistema de Combate a Incêndio composto de Extintores de Incêndio, Sistema de Básico de Iluminação de Emergência. Nas instalações, há serviço permanente de vigilância armada.</p>	R\$ 1.787.001,20	R\$ 1.615.107,91	R\$ 3.402.109,11
10	<p>SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTARÉM.</p> <p>Endereço: Avenida Barão do Rio Branco nº 1893</p> <p>Bairro Jardim Santarém, Santarém/PA, CEP: 68.005-310</p> <p>Área Construída: 2.612,99 m²</p> <p>Informações Complementares: O imóvel possui monitoramento através de Circuito Fechado de TV (CFTV), Controle de Acesso através de Porta Giratória com Detectores de Metais, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Sistema de Combate a Incêndio composto de Extintores de Incêndio, Hidrantes Internos e Portas Cora Fogo, Sistema de Básico de Iluminação de Emergência. Nas instalações, há serviço permanente de vigilância armada.</p>	R\$ 13.348.340,73	R\$ 1.923.426,77	R\$ 15.271.767,50
11	<p>SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ.</p> <p>Endereço: Rua Um, nº 51</p> <p>Bairro Jardim Marilucy, Tucuruí/PA, CEP: 68.459-490</p> <p>Área Construída: 745,00 m²</p> <p>Informações Complementares: O imóvel possui monitoramento através de Circuito Fechado de TV (CFTV), Controle de Acesso através de Porta Giratória com Detectores de Metais, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Sistema de Combate a Incêndio composto de Extintores de Incêndio, Hidrantes Internos e Alarme Sonoro, Sistema de Básico de Iluminação de Emergência. Nas instalações, há serviço permanente de vigilância armada.</p>	R\$ 1.364.324,80	R\$ 1.503.434,75	R\$ 2.867.759,55

VALOR TOTAL	R\$ 55.357.850,67	R\$ 26.357.916,75	R\$ 81.715.767,42
-------------	-------------------	-------------------	-------------------

ANEXO I-B
COBERTURAS, RISCOS E FRANQUIAS

COBERTURAS	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO - LMI	FRANQUIAS
Incêndios (inclusive em consequência de tumultos), queda de raios, explosões de qualquer natureza.	R\$ 81.715.767,42	Isenta de franquia.
Danos elétricos.	R\$ 2.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 2.000,00.
Responsabilidade civil.	R\$ 2.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 2.000,00.
Derrame ou vazamento de tubulações.	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.000,00.
Roubo e furto qualificado de bens.	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.000,00.
Quebra de Vidros, inclusive pele de vidro.	R\$ 200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.000,00.
Alagamento e inundação.	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.000,00.

ANEXO I-C
MODELO DE FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: Bairro:

Cidade: CEP: Estado:

Contato/Representante legal:

RG: CPF:

Telefone:

E-mail:

Dados para Pagamento:

Banco: Agência: Conta:

COBERTURAS	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO - LMI	FRANQUIAS	PRÊMIO TOTAL
Incêndios (inclusive em consequência de tumultos), queda de raios, explosões de qualquer natureza.	R\$ 81.715.767,42	Isenta de franquia.	
Danos elétricos.	R\$ 2.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 2.000,00	
Responsabilidade civil.	R\$ 2.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 2.000,00	
Derrame ou vazamento de tubulações.	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.000,00	
Roubo e furto qualificado de bens.	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.000,00	
Quebra de Vidros, inclusive pele de vidro.	R\$ 200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.000,00	
Alagamento e inundação.	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.000,00	

_____, ____ de _____ de ____.

(Assinatura do Representante Legal)

ANEXO I-D
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

À Justiça Federal de 1º Grau / Seção Judiciária do Pará

Ref.: Licitação nº ____/2024

Declaramos que em atendimento ao previsto no edital do processo licitatório nº ____/2024, que eu, _____, portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, responsável da empresa _____, estabelecida no(a) _____, como seu representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante à Justiça Federal de 1º Grau / Seção Judiciária do Pará e vistoriei os bens a serem segurados, objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das reais condições e graus de dificuldades existentes, bem como coletei informações e todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

Ou Optamos pela NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA, assumindo inteira responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta comercial ao processo licitatório nº ____/2024, em nome da empresa que represento.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Assinatura do Responsável Técnico da Empresa)

Visto:

Seção de Administração de Patrimônio - SEPAT

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO SJPA Nº **XX**/2024 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO/JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO PARÁ E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Na data de assinatura eletrônica deste Instrumento, de um lado a **UNIÃO/JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO PARÁ**, inscrita no CNPJ/MF nº 05.421.948/0001-34, com sede na Rua Domingos Marreiros, nº 598, bairro Umarizal, Belém-PA, neste ato representado pelo Diretor da Secretaria Administrativa, JOSÉ LUIZ MIRANDA RODRIGUES, mediante delegação de competência outorgada pela Portaria/DIREF nº 430, de 18 de novembro de 2022, denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX,

estabelecida na XXXXXX, XXX, XXX, XXX– XXXX, XXXXX/XX, CEP: XX.XXX-000, e-mail: XXXXXXXX / XXXXXXXXXXXXXXXX, telefone: (XX) XXXX-XXXX/XXXX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do Processo Eletrônico nº 0003934-84.2024.4.01.8010 e Pregão Eletrônico nº 90011/2024, ficando as partes sujeitas às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis pertencentes à Justiça Federal de Primeiro Grau no Pará, conforme descrições constantes dos Anexos deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – São anexos a este Instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1 - Termo de Referência nº 21046671/2024 – SEPAT/NUCAF e seus anexos;
- 2 – Edital do Pregão Eletrônico nº 90011/2024 e seus anexos;
- 3 – A proposta da CONTRATADA e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- 1 - designar um fiscal do Contrato ou mais (Comissão) para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, bem como receber o objeto contratado, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- 2 - permitir e facilitar a vistoria dos bens móveis e imóveis;
- 3 - apresentar à CONTRATADA todos os documentos referentes à ocorrência do sinistro e de pagamento do prêmio do seguro, bem como todas as informações ou esclarecimentos relativos a documentos e condições necessárias para cobertura securitária dos imóveis segurados;
- 4 - comunicar à CONTRATADA a ocorrência de sinistro, por escrito e imediatamente após sua ocorrência, indicando os danos sofridos e o valor estimado do prejuízo.
- 5 - manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Contrato.
- 6 . efetuar o pagamento nas condições pactuadas, mantendo-se, pelo prazo inicial estabelecido neste Contrato, o preço fixo e irrevogável.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- 1 - emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do Contrato, consoante prazo regulamentar estabelecido pela superintendência de seguro privado - SUSEP;
- 2 - enviar a apólice de seguro para o e-mail: sepat.pa@trf1.jus.br, com confirmação de recebimento, no dia de sua emissão;
- 2.1 - o fato de a CONTRATADA deixar de entregar a apólice de seguro no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura deste serviço em ocorrências

de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei;

3 - colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana, central de atendimento para aviso de ocorrência de sinistro, a qual poderá ser acionada por e-mail, telefone ou serviço online;

4 - cumprir com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, inerentes às condições determinadas no presente Contrato;

PARÁGRAFO PRIMEIRO — É expressamente vedado à CONTRATADA transferir, subcontratar ou ceder a terceiros as obrigações resultantes da execução do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO — A CONTRATADA permanece como única e total responsável, perante a CONTRATANTE, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que ele tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se a CONTRATANTE cobrir o débito até a data do vencimento, ou no primeiro dia útil subsequente, caso este ocorra em finais de semana ou feriados ou ainda por motivos aos quais não deu causa direta ou indiretamente.

PARÁGRAFO QUARTO - Ocorrendo sinistro, a CONTRATADA deverá realizar a liquidação dos sinistros, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir **do recebimento do aviso de sinistro feito pelo contratante**.

PARÁGRAFO QUINTO - fornecer, junto com a apólice de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações sobre as providências a serem tomadas no caso de sinistro.

PARÁGRAFO SEXTO — Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, devendo comunicar à CONTRATANTE imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA deverá abster-se de revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, inclusive para fins comerciais ou que violem direitos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14/08/2018, a terceiros, bem como não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente no fornecimento de bens ou serviços, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao necessário cumprimento do Contrato.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA deverá observar o Código de Conduta, instituído pela Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, bem como a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, instituída pela Resolução nº 351/2020 – CNJ.

CLÁUSULA QUARTA — DOS BENS A SEREM SEGURADOS

Dos imóveis a serem segurados:

1 - **EDIFÍCIO SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ** - Rua Domingos Marreiros nº 598, Bairro Umarizal, Belém/PA, CEP: 66.055-10;

2 - **CASA ROSADA - ANEXA AO EDIFÍCIO SEDE** - Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697, Bairro Umarizal, Belém/PA, CEP: 66.050-160;

3 - **ARQUIVO JUDICIAL** - Travessa Mauriti nº 2810, Bairro Marco, Belém/PA, CEP: 66.093-180;

- 4 - **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALTAMIRA** - Avenida Tancredo Neves nº 100, Bairro Premem, Altamira/PA, CEP: 68.372-574;
- 5 - **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CASTANHAL** - Rua Marechal Deodoro nº 226, Bairro Ianetama, Castanhal/PA, CEP: 68.745-690;
- 6 - **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAITUBA** - Passagem Paes de Carvalho s/nº, Bairro Comércio, Itaituba/PA, CEP: 68.180-060;
- 7 - **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ** - Travessa do Mogno nº 6665, Bairro Amapá, Marabá/PA, CEP: 68.502-610;
- 8 - **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PARAGOMINAS** - Avenida Portugal nº 03, Quadra 03, Bloco 05, Bairro Módulo II, Paragominas/PA, CEP: 68.626-080;
- 9 - **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE REDENÇÃO** - Avenida Wilma Guimarães Penna nº 38, Bairro Park dos Buritis, Redenção/PA, CEP: 68.552-765;
- 10 - **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTARÉM** - Avenida Barão do Rio Branco nº 1893, Bairro Jardim Santarém, Santarém/PA, CEP: 68.005-310;
- 11 - **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ** - Rua Um, nº 51, Bairro Jardim Marilucy, Tucuruí/PA, CEP: 68.459-490.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As atividades desenvolvidas nos imóveis informados nesta Cláusula são aquelas inerentes ao serviço público - prestação jurisdicional e respectivas atividades administrativas próprias ao funcionamento do órgão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Justiça Federal de Primeiro Grau no Pará dispõe de Brigada de Incêndio formada e de sistemas de prevenção de incêndio, conforme descrito no Anexo I deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Há manutenção preventiva e corretiva das edificações e suas instalações.

CLÁUSULA QUINTA — DA APÓLICE

A emissão da apólice será feita em até 15 (quinze) dias corridos contados da data da assinatura do Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A vigência da apólice de seguro é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Da apólice, deverão constar, além destas Condições Gerais, das Condições Especiais e, quando houver, das Condições Particulares para as coberturas efetivamente contratadas, as seguintes informações:

- 1 - A identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ;
- 2 - O número do processo administrativo (PA nº 0003934-84.2024.4.01.8010) da CONTRATANTE, que identifica o plano comercializado;
- 3 - As datas de início e fim de sua vigência;
- 4 - As coberturas contratadas;
- 5 - O Limite Máximo de Garantia (LMG) da apólice e o Limite Máximo de Indenização (LMI), por cobertura contratada;
- 6 - O valor, à vista, do prêmio e a data limite para o seu pagamento;
- 7 - O nome ou a razão social do segurado;
- 8 - O nome ou a razão social do beneficiário, quando for o caso;
- 9 - A informação de que todos imóveis do Anexo I estão cobertos pelo seguro, cujos valores em riscos

constam do Anexo II deste Contrato;

10 - A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado;

11 - A informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, a contar da entrega da documentação completa, necessária para esta finalidade.

CLÁUSULA SEXTA - DA ENTREGA DA APÓLICE

A apólice deverá ser enviada no dia de sua emissão, para o e-mail: sepat.pa@trfl.jus.br.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O envio da apólice deverá ser acompanhado do documento fiscal correspondente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na emissão da apólice, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE, sendo que o recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ENDOSSO

A CONTRATADA deverá acatar quaisquer alterações, tais como: inclusão, substituição e exclusão de imóvel na apólice, o que deverá ser solicitada pela CONTRATANTE e processada pela CONTRATADA, mediante endosso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A emissão do endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar de pedido expresso da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de desconformidade, a CONTRATANTE poderá solicitar alteração na apólice, cabendo à CONTRATADA endossá-la.

CLÁUSULA OITAVA - DO AVISO DE SINISTRO

A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana, central de atendimento para aviso de sinistro, podendo as solicitações serem efetuadas por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional, devendo fornecer número de protocolo de atendimento da chamada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após o registro de sinistro, a CONTRATADA terá, no máximo, 10 (dez) dias corridos, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no local do dano e proceder às devidas formalidades, visando o pagamento da indenização aplicável no caso.

CLÁUSULA NONA — DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Deve-se utilizar meios eletrônicos de comunicação em toda esta contratação como, por exemplo, e-mails para estabelecer contato, obter informações, envio e recebimento de documentos (edital, contrato, apólice, boleto de pagamento de prêmio, ordem bancária, etc.).

CLÁUSULA DÉCIMA — DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da sua **assinatura eletrônica**, observado o disposto no §3º do art. 132 da Lei nº 10.406/2022 - Código Civil Brasileiro e prorrogável por até 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A vigência da apólice de seguro será de 12 (doze) meses a contar da **0 (zero) hora do dia da assinatura do Contrato**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de prorrogação da vigência do Contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar nova apólice de seguro, com vigência para o novo período de prorrogação, sem interrupção com o período anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prorrogação da vigência somente ocorrerá caso autorizada formalmente pela autoridade competente e preenchidos, simultaneamente, os requisitos abaixo:

- 1 - prestação regular dos serviços;
- 2 - manutenção do interesse da CONTRATANTE na realização dos serviços;
- 3 - permanência da vantagem econômica para a CONTRATANTE;
- 4 - manifestação expressa da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação;
- 5 - caso a CONTRATADA não tenha sido impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de prorrogação a Seção de Administração de Patrimônio - SEPAT apresentará à CONTRATADA, o Valor Segurado, para fins da apresentação da nova apólice, conforme a seguir:

- 1 - no tocante aos bens imóveis serão apresentados valores extraídos no Spiunet ou avaliados por profissional competente à época da renovação da apólice;
- 2 - no tocante aos bens móveis serão apresentados valores extraídos do sistema de patrimônio da CONTRATANTE, à época da renovação da apólice.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução do presente Contrato ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal de Primeiro Grau, no Programa de Trabalho 168312 e Elemento de Despesa 339039.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em **XX/09/2024** foi emitida a Nota de Empenho nº 2024NE000**XXX**, do tipo Ordinário, no valor de **R\$XX.XXX,00** (**XXX** mil **XXX** reais).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DO PREÇO

O valor global estimado do contrato é de **R\$XX.XXX,00** (**XXX** mil **XXX** reais).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 90011/2024.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Após o interregno de 1 (um) ano da data da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 90011/2024, os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, mediante solicitação da CONTRATADA, utilizando-se, para o reajuste, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado aquele que o substituir ou que vier a ser determinado pela legislação em vigor. Na falta de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para o reajustamento contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência contratual serão objeto de preclusão com o encerramento do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DA EXECUÇÃO

A Execução do Contrato reger-se-á pelo Título III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - Capítulo VI - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A CONTRATANTE designará um fiscal do Contrato ou mais (Comissão) para receber o objeto decorrente da presente contratação e fiscalizar a execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO — A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar sua extinção com as consequências contratuais previstas em lei, conforme disposto no Título III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - Capítulo VIII – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS, da Lei nº 14.133/2021, arts. 137 a 139.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

Em conformidade com o art. 140 a Lei nº 14.133/2021, o objeto deste Contrato será recebido da seguinte forma:

- 1 - o recebimento provisório se dará com a confirmação da entrega da apólice no e-mail da SEPAT: sepat.pa@trf1.jus.br, por servidor da Seção de Administração de Patrimônio - SEPAT;
- 2 - o recebimento definitivo se dará, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, com fins de verificar a perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará contar Termo de Recebimento Definitivo no processo da contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O embargo do recebimento provisório/definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega e nem servirá como justificativa para qualquer atraso, não acarretando ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso seja embargado o recebimento provisório/definitivo e não providenciada a correção da disfunção verificada, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do embargo, será iniciada a contagem do prazo para aplicação de multa de mora.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante crédito bancário em conta corrente da CONTRATADA, devendo o documento fiscal vir acompanhado do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, todos válidos na data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento dar-se-á no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do termo de recebimento definitivo, emitido após a entrega da respectiva apólice e da apresentação do correspondente documento fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para comprovação da regularidade fiscal, os documentos citados no “caput” desta cláusula poderão ser substituídos pelo Relatório SIASG/SICAF, que será acostado aos autos do processo de pagamento pela CONTRATANTE, por ocasião da verificação da nota fiscal.

PARAGRAFO TERCEIRO — Além da documentação citada no *caput* desta cláusula, deverá ser apresentada, juntamente com o primeiro documento fiscal encaminhado à CONTRATANTE para pagamento, documento comprobatório de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, na forma prevista e regulamentada.

PARÁGRAFO QUARTO - A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação e qualquer ônus porventura decorrente dessa antecipação constituirá encargo da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO — Havendo erro na nota fiscal, inconsistência dos documentos apresentados, ou, ainda, a ocorrência de problemas de responsabilidade da CONTRATADA, que impeçam a liquidação da despesa ou o descumprimento de qualquer cláusula do contrato, será comunicada a irregularidade à empresa, ficando pendente o pagamento até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, novo prazo para o pagamento será contado após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento de cobrança, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEXTO – Havendo atraso no prazo estipulado no caput desta Cláusula, desde que motivado pela CONTRATANTE, o valor devido será corrigido monetariamente, com base no último percentual divulgado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pelo período compreendido entre a data do vencimento do prazo de pagamento e da sua efetivação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Para a correção do valor devido, conforme Parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá solicitar formalmente à CONTRATANTE, juntamente com a memória de cálculo e o documento de cobrança.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A aplicação de penalidades à CONTRATADA reger-se-á conforme o estabelecido no Título IV – Capítulo I – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de descumprimento pela CONTRATADA das obrigações previstas neste Instrumento, a CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

- 1 – advertência;
- 2 – multa;
- 3 – impedimento de licitar e contratar;
- 4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens 1, 3 e 4 do Parágrafo Primeiro poderão ser aplicadas juntamente com a sanção do item 2 do mesmo Parágrafo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O atraso injustificado na execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual, com exceção da inexecução parcial ou total, descritas no Parágrafo Sétimo desta Cláusula, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,5% (meio por cento) por dia ou hora de atraso, conforme critério de prazo estabelecido, calculada sobre o valor contratado, até o limite de 10 (dez) dias corridos, quando o prazo referir-se a dias ou até 10 (dez) horas corridas, quando o prazo referir-se a horas.

PARÁGRAFO QUARTO - A partir do 11º dia, para os prazos em dias ou 11ª hora, para os prazos em horas, a multa por dia ou hora passa a ser de 0,8% (oito décimos por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do Parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - Para as obrigações em que não haja previsão de prazo para a sua realização, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, estabelecendo prazo para o seu cumprimento. Vencido o prazo, a CONTRATADA estará em mora, aplicando-se o disposto no Parágrafo Terceiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO – A inobservância do disposto no Parágrafo Sexto da Cláusula Terceira, com relação à manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, durante toda a execução do contrato, acarretará a aplicação de multa de 1,00% (um por cento) por ocorrência, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 02 (duas) ocorrências.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A inexecução total ou parcial deste Instrumento por parte da CONTRATADA poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do salto de empenho/contrato e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento), sobre a parte não executada ou sobre o valor total contratado, respectivamente. Entende-se como inexecução parcial a **não** entrega de **parte** do serviço/material até a data-limite para sanar a pendência. Entende-se como inexecução total a **não** entrega da **totalidade** do serviço/material até a data-limite para sanar a pendência

PARÁGRAFO OITAVO – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da CONTRATADA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua notificação, conforme art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos à conta específica da Justiça Federal de Primeiro Grau no Pará, ou ainda, cobrados judicialmente, nesta ordem;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Caso a CONTRATADA não tenha valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para o recolhimento da multa na forma estabelecida no parágrafo anterior;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Caso a CONTRATADA não possa cumprir o(s) prazo(s) estipulado(s) neste Contrato, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para cumprimento da obrigação deverá ser encaminhada à CONTRATANTE até o vencimento do prazo

inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções previstas neste Instrumento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá a CONTRATANTE, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no Parágrafo Terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA — DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Quaisquer alterações no presente Contrato reger-se-ão pelos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021 e poderão ser realizadas mediante termo aditivo formalizado entre as partes ou mediante simples apostilamento, conforme o caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos à CONTRATADA, referentes ao presente Contrato, será feita por meio do e-mail cadastrado no Portal de Compras Governamentais, ou outro que o substitua, informado formalmente na proposta apresentada durante a licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e manutenção de e-mail, telefone e endereço atualizado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de inobservância do previsto no caput desta Cláusula ou em caso de frustradas as tentativas de comunicação com a CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da CONTRATADA, via postal, via motoboy, para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As partes comprometem-se a tratar os dados pessoais decorrentes deste Instrumento de acordo com o estabelecido na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

PARÁGRAFO QUARTO – As partes comprometem-se a observar os termos da Resolução nº 147, de 15 de abril de 2011 - CJF, que institui o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau para magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores.

PARÁGRAFO QUINTO – As partes comprometem-se a observar os termos da Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020 – CNJ, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A CONTRATANTE reserva-se o direito de extinguir o presente contrato, por meio de Termo de Rescisão, antes do prazo nele fixado, no caso de ocorrer algum dos motivos previstos nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, resguardados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a extinção prevista nesta Cláusula, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA — DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos da CONTRATANTE caberão os recursos e pedidos de reconsideração previstos nos arts. 165 a 167 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO — Os recursos intempestivos não serão levados em consideração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA — DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA— DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belém/PA, Seção Judiciária do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

XXXXXXXX

Diretor da Secretaria Administrativa

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

CONTRATADA

Rua Domingos Marreiros, 598 - Bairro Umarizal - CEP 66055-210 - Belém - PA - www.trf1.jus.br/sjpa/

0003934-84.2024.4.01.8010

21206366v2